

# Credores só renegociam após definição política

ARNOLFO CARVALHO  
Da Editoria de Economia

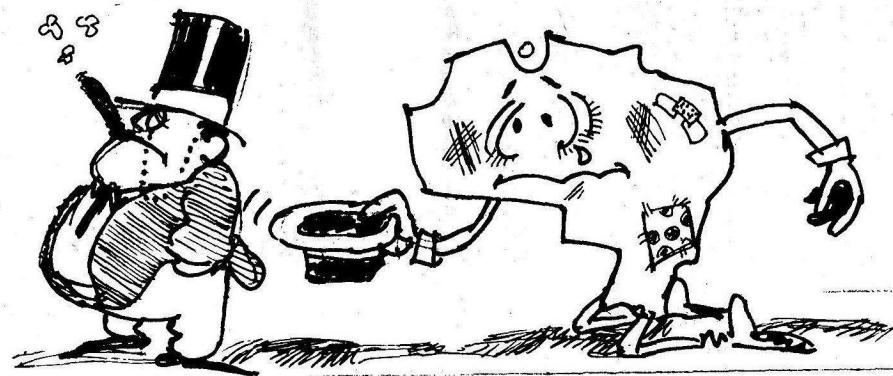
Os banqueiros credores só aceitarão retomar as negociações com o governo brasileiro sobre a dívida externa de quase US\$ 100 bilhões quando houver uma definição da atual situação política, sabendo quem vai ser o próximo presidente da República e se ele será eleito direta ou indiretamente — disse ontem o professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, José Júlio Senna, ao reconhecer que “ninguém, muito menos os credores, sabe o que vai acontecer com a emenda Dante de Oliveira ou com a emenda Figueiredo nos próximos dias”.

Mesmo assim o economista acha que o Brasil “tem que se juntar a outros países e usar todos os meios de que dispõe” para fazer pressão sobre os Estados Unidos, exigindo que o governo Reagan “ajuste seu déficit fiscal de US\$ 200 bilhões de alguma maneira”. Caso contrário o mundo todo está correndo o risco de ver a taxa preferencial de juros (*prime rate*) subir ainda mais, “atingindo este ano 13 e pouco por cento”, com “prejuízos enormes para países como o Brasil, que continuariam na recessão com a alta do dólar no mercado mundial”.

## JUROS

O professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas alerta para a impossibilidade de se esperar uma colaboração norte-americana para reduzir seu déficit fiscal neste ano eleitoral, lembrando que uma nova alta na taxa internacional de juros representará o fim do atual início de recuperação da atividade econômica no Brasil. “Com juros elevados todo mundo vai querer fazer aplicações financeiras em dólar, e isto significará o fim da única fonte de expansão da atividade econômica no País, que é o setor exportador” — prevê.

Ele acha que os primeiros sinais de recuperação econômica são concretos, e



não se limitam a um suposto efeito da campanha feita pelo ministro Delfim Netto, do Planejamento. Mas decorrem basicamente do aumento de produção e emprego em empresas voltadas para a exportação, que “estão se beneficiando da política cambial e relativa baixa do dólar no mercado internacional”. Esta baixa pode ser comprometida se não houver colaboração dos poderes Executivo e Legislativo nos Estados Unidos, para reduzir o déficit fiscal responsável pela pressão inflacionária e elevação dos juros.

“Com o déficit fiscal americano elevado há o risco de alta novamente nas taxas de juros, afetando mais uma vez o Brasil” — explica o economista, que é também diretor do Banco Boavista de Investimentos. Ensina que “todo o mérito do combate à inflação nos EUA deve-se à política monetária apertada, mas se o déficit fiscal permanecer elevado os homens da área monetária não conseguirão segurar a expansão do dinheiro para financiar aquele saldo negativo, e então teremos novo aumento da inflação americana, que jogará por terra o esforço feito até agora, com grandes sacrifícios para todos nós”.

Além de “fazer uma pressão violenta sobre os EUA para baixar o déficit americano”, o governo brasileiro tem que apresentar resultados substanciais no combate à inflação interna, se quiser viabilizar o fim da recessão econômica. “Recuperação dura-

doura no Brasil só quando a inflação cair pelo menos para o nível dos dois dígitos” — adverte José Júlio Senna, lembrando que mesmo uma inflação de 100% “ainda é algo dramático no caso brasileiro, pois com inflação elevada tudo fica nebuloso e ninguém enxerga mais nada”.

“Como uma economia só cresce pela decisão de seus empresários, que mobilizam fatores de produção, não se pode esperar que tomem esta decisão se há um ambiente de total incerteza com a inflação na casa dos 200%” — explica. Reconhece que ninguém está tomando a decisão de investir, quando não se sabe nem mesmo como será a política econômica daqui em diante. “O empresário raciocina que o governo vai pisar no freio por causa desta inflação absurda, mas ao mesmo tempo vê que não se pode pisar no freio e aumentar ainda mais a recessão, concluindo que, então, não podem acabar com a inflação — e fica a dúvida”.

## INFLAÇÃO

Senna reconhece que “para acabar com a inflação elevada é fundamental conter principalmente os desequilíbrios na área fiscal, como vem sendo feito no caso brasileiro desde o mês de novembro”. Mas não admite que pessoalmente concorde com a política econômica do governo. “Não posso concordar com um programa econômico que elevou a inflação de 40% para mais de 200% nos últimos anos” —

afirma, lembrando que foi um “crítico de atuações econômicas recentes”. Mas ele concorda que o “programa de ajustamento” acertado entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) está no caminho certo.

“Não há muita escapatória para quem quer acabar com inflação elevada senão este tipo de programa do FMI”, pois é preciso realmente reduzir o déficit fiscal (parcela de gastos públicos que não é coberta pela receita da arrecadação de impostos) e “diminuir substancialmente os subsídios”. O economista da FGV acredita que mesmo no caso da Argentina — onde houve eleição direta para presidente da República — será inevitável executar um programa de ajustamento “parecido com o brasileiro”.

Sua principal crítica ao ajustamento que o ministro Delfim Netto está colocando em prática refere-se ao atraso das medidas. “O que aconteceu no Brasil foi que se adiou o programa que tinha que ser feito há muito mais tempo”. Em sua opinião, a contenção do déficit público a partir de novembro último pode demorar ainda alguns meses antes de fazer efeito. Os estudos disponíveis indicam um espaço de 11 meses, no caso de economias em desenvolvimento, para se colher este tipo de resultado. E por isso mesmo ele acha que a inflação deste ano fechará em torno de 170%, com queda significativa “somente no segundo semestre”.